



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS

SELEÇÃO SIMPLIFICADA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR 2015/2016

Nome do Candidato

Assinatura do Candidato

# PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA  
DIREITO CONSTITUCIONAL  
DIREITO ADMINISTRATIVO  
DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL  
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL  
JUIZADO ESPECIAL

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 40 (quarenta) questões.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTA que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a FOLHA DE RESPOSTAS.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua FOLHA DE RESPOSTAS.
- O caderno de provas poderá ser levado pelo candidato 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

## LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (Agente Administrativo – Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro – 2010) Ao passar para a voz ativa o período "Única testemunha do holocausto nuclear de Hiroshima e Nagasaki, Tsutomu Yamaguchi foi vencido por um câncer", qual a forma verbal correta?

- a) teria sido vencido
- b) fora vencido
- c) venceu
- d) é vencido
- e) vencia

2 - (Técnico – EBC – 2014) Quais os números entre parênteses ocupam uma vírgula pontuando adequadamente o texto abaixo, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa?

A extensão da frase foi (1) durante muito tempo (2) característica exclusiva da poesia (3) mas o que distingue o verso da prosa (4) vai além da disposição gráfica.

- a) 1 2 3 4
- b) 3 4
- c) 2 3 4
- d) 1 2 3
- e) 2 3

3 - (Técnico do Tesouro Nacional) Preencha as lacunas da frase abaixo e assinale a alternativa correta.

Comunicamos \_\_\_\_\_ Vossa Senhoria que encaminhamos \_\_\_\_\_ petição anexa \_\_\_\_\_ Divisão de Fiscalização que está apta \_\_\_\_\_ prestar \_\_\_\_\_ informações solicitadas.

- a) a, a, à, a, as
- b) à, a, à, a, às
- c) a, à, a, à, as
- d) à, à, a, à, às
- e) à, a, à, à, às

4 - (UF-RS) Escolha a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

Entregue a carta \_\_\_\_\_ homem \_\_\_\_\_ que você se referiu \_\_\_\_\_ tempos.

- a) aquele, à, á
- b) àquele, à, há
- c) aquele, a, a
- d) àquele, à, a
- e) àquele, a, há

5 - (Agente Cultural – Prefeitura de Santos – 2015) Transpondo para a voz passiva a frase "Teremos comprado algo mais", a forma verbal resultante é:

- a) Terá de ser comprado
- b) Ter-se-á sido comprado
- c) Teremos de comprar
- d) Terá sido comprado
- e) Terão sido comprados

6 - (Escriturário – Banco do Brasil – 2011) A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:

- a) Muitos migrantes nordestinos, que se retiraram para o Sudeste em busca de melhores condições de vida, estão

voltando agora para a sua região, atraídos pelo bom desempenho da economia.

b) Os investimentos anunciados para o complexo industrial do Porto de Suape, onde se encontra o estaleiro Atlântico Sul, modificou radicalmente a dinâmica da economia da região.

c) Várias empresas, brasileiras e multinacionais, que se instalou no complexo do Porto de Suape estão gerando dezenas de milhares de empregos à população, antes sem qualquer opção de trabalho.

d) Para todos aqueles que vive na região, a abertura de postos de trabalho significaram a possibilidade de planejar a vida, com projetos de longo prazo, aliados à renda e à estabilidade.

e) O desenvolvimento de tecnologias portadoras de futuro, referência às inovações tecnológicas, resultaram no surgimento de um dos ambientes mais ricos do país na área de inovação e empreendedorismo.

7 - (Agente Administrativo – Prefeitura de Penedo – 2010)  
Em qual opção o conectivo foi empregado adequadamente, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa?

a) Até a pesquisa mais brilhante está condicionada às ferramentas que se dispõe em cada momento.

b) O primeiro avanço tecnológico é a cápsula pressurizada atrelada a um balão de hélio a que ele será levado até a estratosfera.

c) Extremamente triste com a condição que se encontra, ele passa a se culpar.

d) De repente, é a solução que todos gostariam.

e) Ninguém discorda de que é imperativo para o país ampliar o acesso ao ensino superior, em que somente ingressa hoje um de cada quatro jovens.

8 - (Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro – 2010)  
Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do período abaixo.

Agora há uma câmera de \_\_\_\_\_, isto provavelmente não \_\_\_\_\_ acontecerá, mas \_\_\_\_\_ vezes em que, no meio de uma noite \_\_\_\_\_, o poeta levantava de seu banco [...]

a) investigassão, mas, ouve, chuvosa

b) investigassão, mais, houve, chuvoza

c) investigação, mais, houve, chuvosa

d) investigação, mas, houve, chuvosa

e) investigação, mais, ouve, chuvoza

9 - (Site Gramatiquice) A pontuação está em conformidade com a norma culta em:

a) Os Jogos Olímpicos, surgiram na Grécia quando os atletas criaram, a modalidade do arremesso de martelo.

b) A atleta russa, Yelena Isinbayeva, ganhadora da medalha de ouro de salto com vara, teve uma excelente performance, nos últimos Jogos Olímpicos.

c) Algumas modalidades de esportes: como o salto em altura, e o salto em distância têm, sua origem, no momento em que o homem primitivo lutava por sua subsistência.

d) No futebol o jogador, deve tentar, vencer o adversário contudo precisa também de habilidade, e a força física.

e) O jogo de bola representa para o atleta uma atividade; que causa admiração não pela astúcia mas por ser, um brinquedo.

10 - (Técnico Judiciário – TRT 1ª Região – 2013)  
Substituindo-se o segmento em destaque pelo colocado entre parênteses ao final da frase, o verbo que deverá manter-se no singular está em:

- a) Houve **um sonho monumental**.... (sonhos monumentais)
- b) Bem disse **Le Corbusier** que Niemeyer.... (os que mais conheciam a sua obra)
- c) Assim pensava **o maior arquiteto**... (grandes arquitetos como Niemeyer)
- d) **O comunismo** resolve o problema da vida.... (As revoluções vitoriosas da esquerda)
- e) **Niemeyer** vira a possibilidade.... (Os arquitetos da geração de Niemeyer)

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

11 - (CESPE – Analista – TJRJ- 2008 - adaptada) Acerca dos princípios fundamentais da CF, julgue os itens a seguir:

- I. A República é uma forma de Estado.
- II. A federação é uma forma de governo.
- III. A República Federativa do Brasil admite o direito de secessão, desde que esta se faça por meio de emenda à CF.
- IV. São poderes da União, dos estados e do DF, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Judiciário e o executivo.
- V. A expressão “Estado Democrático de Direito”, contida no art. 1.º da CF, representa a necessidade de se providenciar mecanismos de apuração e de efetivação da vontade do povo nas decisões políticas fundamentais do Estado, conciliando uma democracia representativa, pluralista e livre, com uma democracia participativa efetiva.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e V estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Apenas o item V está certo.

12 - (CESPE – Técnico Judiciário - TRE/RS – 2015) No que se refere aos princípios e aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Por ser um princípio geral da atividade econômica regulado pelo mercado e não pelo Estado, o valor social do trabalho não é considerado um princípio fundamental da República Federativa do Brasil.
- b) Ao estrangeiro em trânsito no território nacional, por não ser residente no país, não está assegurado o exercício dos direitos e garantias fundamentais.
- c) Os direitos humanos, dado seu caráter abstrato e não tangível, protegem as pessoas naturais, mas não se aplicam as pessoas jurídicas.
- d) Previsto expressamente na CF, o princípio do devido processo legal assegura o contraditório e a ampla defesa aos litigantes em processo judicial, mas não em processo administrativo.
- e) Com base no princípio da dignidade da pessoa humana, o ordenamento jurídico brasileiro restringe o uso de algemas no país.

13 - (FGV – OAB 2012.1 – adaptada) João, residente no Brasil há cinco anos, é acusado em outro país de ter cometido crime político. Nesse caso, o Brasil

- a) Pode conceder a extradição se João for estrangeiro.
- b) Pode conceder a extradição se João for brasileiro naturalizado e tiver cometido crime antes da naturalização.

- c) Não pode conceder a extradição, independentemente da nacionalidade de João.
- d) Não pode conceder a extradição, apenas se João for brasileiro nato ou naturalizado.
- e) Não pode conceder a extradição, apenas se João for brasileiro nato.

14 - (FCC – Técnico Judiciário – TRT 20/2011) Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. As condições para integração de regiões em desenvolvimento serão estabelecidas em

- a) Lei ordinária
- b) Lei Complementar
- c) Lei Delegada
- d) Medida Provisória
- e) Decreto Legislativo

15 - (FCC – Técnico Judiciário – TRT 20/2011) A competência exclusiva de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é do

- a) Superior Tribunal de Justiça
- b) Supremo Tribunal Federal
- c) Congresso Nacional
- d) Presidente da República
- e) Presidente do Conselho Nacional de Justiça

16 - (FCC – TRT 6 – Técnico Judiciário – Área Administrativa/ 2012) Em relação ao Poder Legislativo, é correto afirmar:

- a) As comissões parlamentares de inquérito são permanentes e possuem poderes para apurar fatos de relevância política, bem como para aplicar sanções.
- b) Os Senadores representam os Estados e o Distrito Federal e possuem mandato de oito anos, embora a legislatura do Congresso Nacional dure, apenas, quatro anos.
- c) O Congresso Nacional reúne-se, anualmente, na Capital Federal, de 2 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- d) Os Deputados Federais representam o povo e possuem mandato de quatro anos, embora a legislatura do Congresso Nacional dure oito anos.
- e) A convocação extraordinária do Congresso Nacional será feita pelo Presidente da Câmara dos Deputados em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

17 - (FUMARC – Procurador do Estado – MG/2012 - adaptada) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio da impessoalidade, aplicado no âmbito da função administrativa do Estado, não tem valor absoluto, razão pela qual se admite, por exemplo, tratamento parcialmente diferenciado a micro e pequenas empresas em processos de licitação.
- b) O princípio da razoabilidade expressa noção jurídica correlata ao devido processo legal substantivo.
- c) O princípio da eficiência fundamenta a informalidade ou o formalismo moderado dos atos administrativos de menos repercussão, mas que ficam sujeitos ao controle de resultados.
- d) O princípio da juridicidade, concebido para parte da doutrina como estágio evolutivo atual do princípio da

legalidade, exige do administrador público atuação em conformidade não apenas com a lei, em sentido formal, mas com todo o direito.

e) Princípio da publicidade poderá ter sua aplicação diferida no tempo nos casos em que a Constituição ou a lei admitir o sigilo.

18 - (CESPE – Defensoria-PI/2009) Em razão da impossibilidade de que as leis prevejam todas as contingências que possam surgir na sua execução, em especial nas diversas situações que a administração encontrar para cumprir as suas tarefas e optar pela melhor solução, é necessária a utilização do poder administrativo denominado poder

- a) hierárquico.
- b) de polícia.
- c) vinculado.
- d) regulamentar.
- e) disciplinar.

19 - (CESPE – Técnico Judiciário – T./RJ2008) Assinale a opção correta acerca dos atos administrativos.

- a) Quando o agente público explicita a motivação do ato administrativo discricionário, os motivos implicam vinculação apenas quanto aos fundamentos de direito.
- b) O ato administrativo pode ser revogado por ter perdido sua utilidade.
- c) A competência para a prática do ato administrativo, seja vinculado, seja discricionário, é condição para sua validade, mas admite-se a delegação do seu exercício por vontade do delegante.
- d) O ato administrativo discricionário pode ser motivado após sua edição.

e) A presunção de legitimidade do ato administrativo transfere à administração o ônus de provar que o ato administrativo é legítimo.

20 - (FMP - Procurador do Estado – AC/2012 – adaptada) Analisando a Administração Pública, julgue os itens subsequentes.

- I. A constituição de uma autarquia é exemplo de desconcentração administrativa.
- II. Na descentralização é viável a desconcentração administrativa.
- III. Uma empresa pública é hipótese de descentralização administrativa.
- IV. A desconcentração pode ser geográfica ou territorial.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

21 - (CESPE - Técnico – INSS /2012) Expedida certidão falsa por uma repartição pública federal, não foi possível esclarecer qual servidor cometeu o ato ilícito, mas graves prejuízos sofreram algumas pessoas, em razão dele. Neste caso, a União

- a) responde objetivamente pelos prejuízos causados, desde que demonstrado o nexo causal entre esse fato e os danos sofridos.
- b) responde objetivamente pelos prejuízos causados, independentemente da demonstração de nexo causal entre esse fato e os danos sofridos.

c) responde subjetivamente pelos prejuízos causados, desde que demonstrado o nexo causal entre esse ato e os danos sofridos e a conduta culposa do servidor.

d) não responde pelos prejuízos causados, porque a hipótese configura conduta dolosa de servidor público.

e) não responde pelos prejuízos causados, até que seja apurada a autoria do ato ilícito, ainda que comprovado ter sido a certidão expedida pela repartição pública.

22 - (CESPE – Defensor Público/TO – 2013) Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta.

a) Por ter sido adotado na CF o princípio da inafastabilidade da jurisdição, o mérito do ato administrativo pode ser controlado pelo Poder Judiciário em qualquer circunstância.

b) O controle interno é exercido apenas no âmbito do Poder Executivo.

c) Dado o princípio da separação de poderes, é vedado ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

d) O direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder é espécie de controle judicial.

e) O controle judicial da administração pública, no Brasil, é realizado com base no sistema da unidade de jurisdição.

#### **DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL**

23 - (18º Concurso de Estagiários - MP/SP) Sobre a ação penal privada, assinale a alternativa correta:

a) Nas ações penais exclusivamente privadas, o Estado somente delega ao ofendido a legitimidade para o início do processo, conservando consigo a exclusividade do direito de punir.

b) Renúncia, decadência e perdão são sempre anteriores à ação penal, enquanto a perempção só pode ocorrer no curso da ação penal.

c) O direito de queixa, nas ações penais privadas, não pode ser renunciado, pois é direito personalíssimo.

d) O prazo para o ajuizamento ação penal privada é de seis meses e deve ser contado da data do fato criminoso.

e) O prazo prescricional para o oferecimento da queixa-crime é de seis meses e é considerado prazo processual.

24 - (19º Concurso de Estagiários - MP/SP - adaptada) Na culpa consciente, o agente:

a) prevê o resultado e, conscientemente, assume o risco de produzi-lo.

b) prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que ele não ocorra.

c) não tem a previsão quanto ao resultado, mas, com sua conduta, assume o risco de produzi-lo.

d) não tem a previsão quanto ao resultado, mas age sem o dever objetivo de cuidado.

e) age com negligência, imprudência ou imperícia.

25 - (19º Concurso de Estagiários - MP/SP - adaptada) São excludentes de ilicitude:

a) estado de necessidade, imputabilidade e exercício regular de direito.

b) legítima defesa, doença mental e estrito cumprimento de dever legal.

c) exercício regular de direito, embriaguez involuntária e estado de necessidade.

d) estrito cumprimento de dever legal, estado de necessidade e exercício regular de direito.

e) doença mental, imputabilidade e embriaguez involuntária.

26 - (Escrevente Técnico Judiciário - TJ/SP - 2014) "Nenhum acusado, \_\_\_\_\_, será processado ou julgado sem defensor." Assinale a alternativa que preenche, adequada e completamente, a lacuna, nos termos do art. 261 do CPP.

- a) com exceção do foragido
- b) com exceção do ausente ou foragido
- c) com exceção do ausente
- d) ainda que ausente
- e) ainda que ausente ou foragido

27 - (Escrevente Técnico Judiciário - TJ/SP - 2014) Nos termos do art. 351 do CPP, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que houver ordenado a citação, esta se fará por

- a) mandado.
- b) meio eletrônico.
- c) qualquer meio que atinja a finalidade.
- d) carta com aviso de recebimento (AR) ou telegrama.
- e) carta simples.

28 - (Analista Judiciário - TRF 2ª Região - 2012) Quando a lei penal incriminadora silencia a respeito da ação penal cabível para determinada infração penal, entende-se que a ação penal é

- a) pública condicionada à representação do ofendido.
- b) privada exclusiva.

c) pública incondicionada.

d) privada personalíssima.

e) pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

#### DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

29 - (FGV – OAB 2013.1 - adaptada) Gustavo completou 17 anos de idade em janeiro de 2010. Em março de 2010 colou grau em curso de ensino médio. Em julho de 2010 contraiu matrimônio com Beatriz. Em setembro de 2010, foi aprovado em concurso público e iniciou exercício de emprego público efetivo. Por fim, em novembro de 2010, estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante.

Assinale a alternativa que indica o momento em que se deu a cessação da incapacidade civil de Gustavo.

- a) No momento em que iniciou o exercício de emprego público efetivo.
- b) No momento em que colou grau em curso de ensino médio.
- c) No momento em que completou 18 anos.
- d) No momento em que se estabeleceu no comércio, abrindo um restaurante.
- e) No momento em que contraiu matrimônio.

30 - (FCC – TRT 20 – Analista Judiciário / 2011) A respeito dos bens públicos, é correto afirmar que:

- a) os bens dominicais constituem o patrimônio da pessoa jurídica de direito público e, por isso, são inalienáveis.
- b) os terrenos e edifícios usados pelo próprio Estado para execução de serviço público especial são considerados bens de uso geral ou de uso comum do povo.

- c) as praças, as ruas e estradas podem ser alienadas enquanto destinadas ao uso comum do povo.
- d) a venda de bens de uso comum do povo pelo Estado denomina-se desafetação.
- e) os bens de uso comum do povo não perdem essa característica se o Estado regulamentar sua utilização de maneira onerosa.

31 - (CESPE – Ministério Público/RR – 2012) A respeito da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- a) Em caso de publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais, o dano moral decorrente deste fato dependerá de prova.
- b) O assalto à mão armada no interior de ônibus coletivo não constitui caso fortuito apto a excluir a responsabilidade da empresa transportadora.
- c) Segundo a jurisprudência do STJ, não é possível a responsabilidade civil por dano incerto.
- d) O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, não sendo admitida cláusula expressa que os exclua.
- e) O dano moral se caracteriza ainda que haja mero aborrecimento inerente a prejuízo material.

32 - (FGV – OAB 2013.1- adaptada) A respeito da capacidade processual, julgue os itens subsequentes.

- I) Os municípios serão representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Prefeito ou pelo procurador. ✓
- II) O juiz, de plano, deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, ao verificar a incapacidade processual ou a irregularidade de representação das partes.

III) O juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao réu citado por hora certa, por edital ou por meio eletrônico.

IV) A citação dos cônjuges nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários é imprescindível.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e V estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Apenas o item V está certo.

33 - (FCC – TRT 9 – Técnico Judiciário – Área Administrativa/ 2010) A respeito dos recursos, é correto afirmar:

- a) A insuficiência do valor do preparo implicará deserção, não sendo admitido em nenhuma hipótese que ocorra complementação.
- b) A parte poderá recorrer, mesmo se tiver aceitado expressa ou tacitamente a sentença ou decisão.
- c) Nos embargos infringentes e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 10 dias.
- d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- e) A sentença só poderá ser impugnada em sua totalidade, sendo inadmissível a impugnação parcial.

34 - (CESPE – Magistratura/PA – 2012) Acerca dos prazos para interposição de recursos, assinale a opção correta.

- a) No curso do prazo, se a parte contrária criar obstáculo, o prazo recursal será integralmente restituído à outra parte.

b) Partes sucumbentes representadas por advogados do mesmo escritório não têm direito à duplicação do prazo recursal.

c) A duplicação do prazo recursal prevista para a Defensoria Pública não se estendem a escritórios que prestam assistência gratuita.

d) Esses prazos podem ser suspensos ou interrompidos por acordo expresso das partes, celebrado na audiência em que tenha sido proferida a decisão irrecorrível.

e) Em situação em que haja litisconsórcio, caso mais de uma pessoa sucumba, o prazo será em dobro.

### JUIZADO ESPECIAL

35 - (Técnico Judiciário - TRF 5ª Região - 2008) Compete ao Juizado Especial Federal processar e julgar causas de competência da Justiça Federal, respeitadas as exceções previstas em lei, até o valor de:

a) 40 salários mínimos.

b) 60 salários mínimos.

c) 50 salários mínimos.

d) 80 salários mínimos.

e) 30 salários mínimos.

36 - (Analista Judiciário - TRF 4ª Região - 2014) Paulo está sendo processado pelo crime de desobediência, perante Juizado Especial Federal Criminal. Em relação à citação de Paulo, de acordo com a Lei no 9.099/1995,

a) se Paulo não for encontrado para ser citado, o juiz do Juizado Especial determinará sua citação por hora certa.

b) será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

c) se Paulo não for encontrado para ser citado, o juiz do Juizado Especial determinará desde logo sua citação por edital.

d) do mandado de citação do acusado constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, não lhe será designado defensor público.

e) não se exige que no mandado de citação conste a necessidade de comparecimento de Paulo acompanhado de advogado.

37 - (FCC - 2014) No que concerne aos Juizados Especiais Federais Cíveis,

a) podem ser partes, como réis, as fundações e empresas públicas federais.

b) nas causas de sua competência haverá reexame necessário quando a União for vencida.

c) podem ser partes, como autoras, quaisquer pessoas jurídicas.

d) não se inclui na sua competência as causas para anulação de ato administrativo federal de natureza previdenciária.

e) incluem-se na sua competência as causas sobre bens imóveis da União.

38 - (Juiz Substituto - TJ/MS - 2015 - adaptada) No que se refere à intervenção do advogado nos Juizados Especiais Cíveis, segundo a Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que

a) nas causas de valor superior a cinco vezes o salário-mínimo, a assistência de advogado é obrigatória.

b) nas causas de valor até dez salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

c) nas causas de valor até vinte salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

d) não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio da informalidade.

e) não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio do acesso à justiça.

39 - (Conciliador - TJ/RS - 2012) Conforme a Lei Federal n.º 9.099/1995, o processo orientar-se-á pelos critérios de

a) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, quando possível.

b) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

c) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre a transação.

d) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, buscando sempre a conciliação.

e) oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, quando possível.

40 - (Juiz Federal - TRF 2ª Região - 2011) A respeito dos juizados especiais federais, assinale a opção correta.

a) Nesses juizados, a parte não precisa constituir advogado, ainda que o valor exceda vinte salários mínimos.

b) A citação da União deve ser feita pessoalmente, mas as intimações poderão ser realizadas por meio eletrônico.

c) Os representantes legais dos órgãos públicos federais necessitam de autorização da autoridade competente para transigir.

d) Conforme o STJ, o mandado de segurança não é instrumento hábil para o controle de competência desses juizados.

e) Nos juizados especiais federais, o menor de dezoito anos de idade não pode ser autor de demanda, ao contrário do que ocorre nos juizados especiais estaduais.